

Povos Indígenas no Brasil

Fonte *O Estado de São Paulo*

Class.: *101*

Data *22 de Junho de 1975*

Pg.:

Igreja reúne-se para discutir a pastoral indígena

O Estado 22-6-75

ELIANA LUCENA
Da Sucursal de Brasília

Durante a Assembléia Nacional de Pastoral Indígena, que começa amanhã, em Goiânia, missionários e representantes da CNBB terão uma ampla pauta de trabalho a cumprir: além de definir a posição oficial da Igreja diante dos desentendimentos entre a Funai e o Conselho Indigenista Missionário, a assembléia deverá propor novas linhas de ação para as missões católicas que trabalham junto às comunidades indígenas no Brasil, levando em conta "o momento histórico que os índios estão vivendo, dentro da conjuntura nacional de desenvolvimento e progresso".

Fontes ligadas aos missionários, em Brasília, acreditam que a assembléia nacional ratificará e fará mesmo suas as conclusões dos sete encontros regionais realizados desde o ano passado e partirá para a elaboração de uma pastoral indígena em plano local, regional e nacional com abertura para a visão latino-americana do problema indígena. Defendem os missionários a tese de que "somente quando os índios todos das Américas tomarem consciência de que constituem um grande povo, profundamente oprimido e explorado e se unirem, conseguirão encontrar a solução dos seus problemas".

As principais conclusões dos encontros regionais, realizados quase todos com a participação de representantes de diversas comunidades tribais, podem ser resumidos nos seguintes pontos: a necessidade do respeito pela pessoa do índio, pela sua índole, sua cultura, e sua liderança; dar aos índios conhecimento das leis que os defendem e encorajá-los a que sejam eles próprios os autores das denúncias dos abusos contra seus direitos; na promoção das comunidades indígenas, estimular os índios no sentido de que eles mesmos façam seleção dos padrões de outras culturas e que a promoção seja autodeterminada contando com a colaboração efetiva dos índios, sendo eles sujeitos e não meros objetos dos projetos de desenvolvimento comunitário.

Nesses encontros foi bastante questionada a ação da Igreja junto às comunidades tribais. "A Igreja foi profundamente sacudida em sua fidelidade doutrinária e emperrada rotina de ação, pelo Conselho Vaticano II — afirma o assessor do Cimi, padre Antonio Iasi — ao mesmo tempo que as ciências antropológicas se tornavam um instrumento válido para a compreensão das culturas primitivas e para a orientação de ação junto aos grupos portadores dessas culturas. Da assembléia geral, acreditam os missionários, deverá sair uma recomendação no sentido de que os religiosos "questionem suas atividades para ver se estão desempenhando sua missão, junto às comunidades tribais, dentro de um profundo respeito pela cultura do índio, suas crenças e costumes".

IGREJA E FUNAI

A assembléia nacional, reunindo representantes da CNBB, Cimi e missionários leigos, deverá definir a posição oficial da Igreja diante da política indigenista do governo. Nos últimos três anos, o Conselho Indigenista Missionário, órgão oficial da CNBB, tem sido a única ala da Igreja Católica a se manifestar abertamente sobre o problema do índio. Com a ação do Cimi, a CNBB conquistou uma posição bastante cômoda. Embora se saiba que a ação do Cimi tem sido apoiada pelos bispos, a sua condição de órgão "oficioso" não obriga a cúpula da CNBB a encampar diretamente as posições radicais assumidas por alguns de seus integrantes.

Em Goiânia será discutida a possibilidade da vinculação oficial do Conselho à CNBB. No entanto, a maior parte dos missionários e o próprio presidente do Cimi, padre José Vicente César, são contrários a essa ligação, ponderando que

a situação atual possibilita maior "flexibilidade de ação". Está prevista também para Goiânia a eleição de novos integrantes para o Cimi. Não se fala ainda num substituto para o padre Vicente César na presidência do Conselho e alguns missionários arriscam a opinião de que ele poderá ser reeleito para o cargo. Apesar de sua ação inicial de conciliação com a Funai, muito criticada por alguns membros do Cimi, comenta-se que o padre Vicente César seria a pessoa mais indicada para continuar na presidência do órgão por sua "habilidade política".

As perspectivas em torno do relacionamento Igreja e Funai, a partir da assembléia nacional, vêm sendo bastante discutidas em Brasília. Não se sabe ainda qual a atitude que a CNBB tomará sobre a cassação da autorização de livre trânsito em áreas indígenas de membros do Cimi, determinada pelo presidente da Funai. Por outro lado, caso fique definida a vinculação oficial do Cimi à CNBB, este órgão aceitará integralmente a política até agora adotada pelo Conselho Indigenista Missionário?

No relatório sobre as atividades do Cimi, que apresentará em Goiânia o secretário do órgão, padre Egydio Schawde, aponta-se as principais causas do rompimento da Funai com o Conselho: "A raiz das dificuldades entre a Funai e as missões, hoje, reside no fato de nos estarmos decididamente caminhando para a superação da velha política indigenista, que considera o índio um menor. Para os missionários, o índio é um adulto, sujeito de sua história, mas a Funai teima em considerá-lo um tutelado, um menor, facilitando assim a ganância e ambição do branco".

"O fato — afirma Egydio — é que o Cimi incomoda a Funai. Esta concedeu, inclusive, as autorizações para que fossem somados esforços à sua política integracionista. Tendo penetrado nas áreas indígenas, sejam da Funai, sejam das missões, o Cimi intendeu-se da verdadeira situação do índio. Denunciando os problemas, o Conselho passou a incomodar mais ainda, não apenas a Funai, mas também às velhas raposas da espoliação dos índios entocadas em algumas camarás de deputados e de vereadores.

Outro fato que dificulta o diálogo, na opinião do padre, reside no fato de a Funai "sempre colocar à frente desse diálogo e na direção do órgão burocratas alienados da realidade, enquanto do lado do Cimi e das missões se encontram pessoas com larga experiência de campo. Daí também o motivo porque crescem as condições de diálogo entre indigenistas da base e decrescem as condições de diálogo entre as cúpulas da Funai e os missionários".

Em seu trabalho, feito em cima de dados colhidos durante os sete encontros regionais e algumas viagens especiais a áreas indígenas, o secretário do Cimi enumerou as principais denúncias feitas pelo Cimi nos últimos dois anos, segundo ele "como contribuição ao órgão oficial de proteção ao índio".

— As terras dos pakaás-novas, em Rondônia, e dos kaingang e guarani, no Paraná, foram medidas pelo Incra, embora pertencessem aos índios; o roubo de madeira nas reservas kaingang, xokleng e guarani; a invasão do território habitado pelos índios irantxe, no Mato Grosso; a destruição da aldeia dos munkus por um fazendeiro; a invasão das terras dos suruí, no Sul do Pará, por castanheiros; o esbulho dos nhamikwara no vale do Guaporé; a existência de turismo organizado no parque indígena da Ilha de Bananal; o mapeamento de áreas indígenas, inclusive do Parque Nacional do Xingu; a situação precária dos índios cinto-larga e suruí em Rondônia; a violação do Estatuto do Índio com a transferência dos índios krenhacarora para o Parque Nacional do Xingu; invasão e a inexistência de área indígena oficializada para os bororós; a presença de intrusos nas reservas dos xavantes etc.